

A PERSPECTIVA DE VIDA DE ADOLESCENTES DE 12 A 18 ANOS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL¹

Mayra Carla Felisbino Epifânio²

Neide Cascaes³

Resumo: A presente pesquisa teve como objetivo geral, investigar a perspectiva de vida de adolescentes de 12 a 18 anos em situação de acolhimento institucional. A pesquisa foi aplicada com adolescentes que se encontravam dentro dos critérios estabelecidos, ou seja, que tinham idade entre 12 a 18 anos e estavam em situação de acolhimento institucional, sendo realizada em Criciúma, Santa Catarina. Foram investigados os seguintes aspectos: como foi a chegada do adolescente no abrigo; se houve dificuldades na adaptação do adolescente abrigado; qual o significado de família para os pesquisados e a sua expectativa em relação a uma família; e quais eram os planos futuros dos adolescentes. As respostas dos entrevistados foram caracterizadas quanto à chegada no abrigo; dificuldades na adaptação; significado de família e a expectativa em relação a uma nova família; e planos para o futuro. A análise dos resultados, evidencia que os adolescentes entrevistados em sua maioria, ficaram assustados ao chegarem no abrigo, pois não sabiam o que aconteceria e por se tratar de um ambiente novo, com isso, alguns tiveram dificuldades para se adaptar devido as regras e pelo afastamento do convívio familiar; outros não apontaram dificuldades. Eles tiveram certa resistência ao falar sobre o significado e a expectativa em relação a uma família, visto ser um assunto delicado para os mesmos. Com exceção de uma adolescente, todos os outros entrevistados têm planos para o seu futuro, planejam se formar e constituir uma família. Os adolescentes entrevistados, falam sobre a sua vida, no abrigo e fora dele, e versam como se sentem vivendo neste ambiente.

Palavras-chave: Adolescentes. Acolhimento Institucional. Perspectiva de vida.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência, de acordo com Teixeira (2014), é um processo do ciclo vital, onde ocorrem inúmeras mudanças fisiológicas e orgânicas que derivam da puberdade e exigem do adolescente posicionamentos não existentes na infância. É uma passagem que serve para seu próprio desenvolvimento e crescimento como ser social. Nesta etapa da vida, o indivíduo passa a receber exigências psicossociais e necessita abandonar a infância, tendo que

¹ Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Psicólogo (a).

² Acadêmico (a) do curso de Psicologia. E-mail: mayracarlaf@gmail.com

³ Professor(a) orientador. Mestre em educação (Universidade do Sul de Santa Catarina). E-mail: neide.cascaes68@gmail.com

enfrentar o novo. Ele começa a estabelecer metas com relação aos ideais sociais, sobre a sua posição na família e na relação com seus pares.

Segundo Lauz e Borges (2013), a família é considerada a fonte de cuidados e proteção às crianças e adolescentes, porém, algumas famílias não conseguem cumprir seu papel de cuidadora, apresentando como fatores principais de risco, o uso de drogas por parte dos pais, violência doméstica, negligência e práticas parentais impróprias, dentre outros problemas. A violência física, psicológica, sexual, negligência e abandono são tipicamente prevalentes no contexto doméstico e podem levar ao abrigamento de crianças e adolescentes quando há violação dos direitos humanos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

De acordo com Dias (2016), o que é considerado ilícito para o direito ou que atinge a moral e os bons costumes é averiguado pelo juiz, visando o bem para os infantes envolvidos. Em casos em que os pais abusam de seu poder familiar, o juiz pode intervir na guarda dos filhos. Porém, o afastamento do filho do convívio com os pais, pode comprometer o desenvolvimento psicológico destes. Nesse caso, é recomendável que seja tomado uma medida protetiva, ou seja, quando há ação ou omissão por parte do estado, ou da sociedade, ou dos pais ou responsáveis, na qual a sua conduta reproduza uma ameaça ou violação dos direitos da criança ou adolescente, é aplicado a medida protetiva, que são ações ou programas de caráter assistencial.

Antes da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as crianças eram chamadas de “menores em situação irregular”, pois eram vítimas de violência, ou, haviam cometido atos infracionais, ou, que estavam em situação de acolhimento institucional. Eram consideradas “objetos de tutela” do Estado. Com o surgimento do ECA, que tem por objetivo garantir os direitos e proteger as crianças e adolescentes, houve mudanças e as crianças e adolescentes deixaram de ser “objetos de tutela” do Estado para serem “sujeitos de direito” (EPIFÂNIO; GONÇALVES, 2017).

Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente tenha como foco principal a família, há uma questão que chama a atenção dos profissionais que compõem a rede de proteção, que é a total ausência ou precária presença da família no período de cumprimento da medida de acolhimento institucional de seus filhos. Esta medida, visa proteger a criança e ao adolescente dos maus tratos, abandono e situações que os coloquem em risco. O acolhimento institucional é temporário e tem o intuito de trabalhar o retorno à família de origem ou o encaminhar para família extensa, ou em último caso, a uma família substituta. Porém, quem trabalha nesses lugares, costumeiramente encontra dificuldades no período de aplicação desta

medida e no enfrentamento da mesma devido ao afastamento do convívio familiar da criança ou adolescente (MOREIRA; CARELLOS, 2012).

No Brasil, a avaliação da suspensão de guarda ainda é fundamentada no Estatuto da Criança e do Adolescente, o que pode gerar equívocos irremediáveis na relação de vínculos das crianças e/ou adolescentes com suas famílias. O atendimento institucional deve cumprir a função de suporte de caráter excepcional e provisório, com o propósito de reinserção familiar. Esse atendimento, mesmo quando necessário, muitas vezes extrapola sua função inicial e mantém o acolhimento por tempo demasiadamente longo, isso é exatamente o que precisa ser evitado (RIZZINI et al., 2006).

Viver em situação de acolhimento institucional, pode afetar o psicológico e o emocional dos adolescentes abrigados provisoriamente e influenciar na sua vida futura. Sendo que este assunto possui poucas pesquisas voltadas para o adolescente enquanto sujeito, e, por se tratar de uma questão delicada, envolvendo a história e subjetividade de cada um, este tema é importante para o trabalho do psicólogo com os adolescentes, a fim de acolher; fazer uma escuta atenta; orientar; proporcionar um ambiente acolhedor, para que ele se sinta bem e possa se adaptar; e buscar cada vez mais melhorias para o desenvolvimento e crescimento do mesmo.

O objetivo geral deste estudo é investigar a perspectiva de vida de adolescentes de 12 a 18 anos em situação de acolhimento institucional. Como objetivos específicos temos: compreender a história de vida dos adolescentes em situação de abrigo provisório; identificar a relação da família com o adolescente abrigado provisoriamente; identificar os sentimentos do adolescente que vive em um centro de abrigo provisório; investigar a perspectiva de futuro dos adolescentes após saída do abrigo provisório. Com isso, elaborou-se a seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as perspectivas de vida dos adolescentes de 12 a 18 anos em uma instituição de acolhimento?

1.1 A FAMÍLIA E O ADOLESCENTE

A adolescência é uma das fases do ciclo vital na qual o indivíduo passa da infância para o início da vida adulta, tendo mudanças físicas, emocionais e cognitivas. É o momento no qual ele começa a construir sua identidade e a se tornar um sujeito social, conforme o sentido que lhe é atribuído no grupo onde vive. Essa fase também é marcada por desejos, dúvidas e descobertas, pois, o adolescente passará a conhecer o novo e terá que tomar

decisões diante disso. É um momento onde ele precisa de atenção e orientação (CAMPOS; SCHALL; NOGUEIRA, 2013).

A medida que o indivíduo vai crescendo, amplia-se a sua cognição. De acordo com Barbosa e Souza (2015), na adolescência, o sujeito tem a possibilidade de pensar por conceitos e de compreender o que na infância era apenas externo. Ele passa a pensar sobre, a desenvolver a sua crítica a respeito do mundo e daquilo que nele há, como as normas éticas, os conceitos que lhes foram passados durante a infância e que agora ele passa a questionar, se realmente concorda ou não. A partir dessa nova fase, o adolescente começa a ter um novo modo de pensar e assim, expandir a sua consciência.

O momento de transição da infância para a adolescência pode acontecer de diferentes maneiras para cada um, pois, depende do seu grupo social ou do meio onde vive. Cada indivíduo enfrenta esse processo de mudança de maneira singular, mas, em geral, esse é o momento de crescimento, não apenas físico, mas psíquico também. A cultura influencia na maneira como cada adolescente age, se comporta e enfrenta esse período de transformação, ou seja, ele não é igual para todos. Conforme Marcelli e Braconnier (2007, p. 19):

Os sociólogos estudam a adolescência de um duplo ponto de vista: o de um período de inserção na vida social adulta e o de um grupo social com suas características socioculturais particulares. Assim, segundo as épocas, segundo as culturas, segundo os meios sociais, a adolescência será diferente. No modelo de compreensão sociológico, a adolescência não é, portanto, um fenômeno universal e homogêneo.

De acordo com Goldenstein (1995), o adolescente começa a mudar fisicamente e psiquicamente e, para isso, ele precisa desconstruir alguns conceitos, para construir outros, ou seja, vai mudar seu ponto de vista e sua compreensão sobre as coisas e o mundo, até mesmo reconsiderar seus valores. Adolescência é a idade da mudança, é uma passagem para a vida adulta, onde o sujeito começa a aprender a lidar com as questões da vida e a encontrar o seu lugar na sociedade.

Conforme Nolte e Harris (2005), os adolescentes tendem a se sentir inseguros e consequentemente se sentirem rejeitados. Essa insegurança está relacionada com a preocupação em ser suficientemente bom em algo, ou para alguém, e se isso não acontece, pode representar uma situação interminável para o adolescente. Isso pode fazer com que se sintam isolados e com necessidade de serem aceitos pelo grupo de amigos, pelas pessoas a sua volta. É importante que o ambiente familiar seja acolhedor, onde os adolescentes possam ver a sua casa como um abrigo seguro, onde não serão rejeitados por seus familiares, para que assim, tenham forças para enfrentar o novo.

Segundo Dias (2016), a família é um agrupamento informal que acontece de forma natural na sociedade. Não importa a posição que o membro familiar ocupe, nem o lugar ao qual pertence, o que importa é compartilhar sentimentos, valores e buscar a sua felicidade. A família contribui para o desenvolvimento de cada um que lhe pertence e é nesse meio que o indivíduo vai se constituindo e estabelecendo relações.

O primeiro contato social que uma criança estabelece é com a família. É através dela que os conhecimentos, os valores religiosos, culturais, éticos e morais são transmitidos e permitem que o ser humano se desenvolva socialmente. Independente da configuração familiar, não podemos considerar somente a família nuclear, formada por pai, mãe e filhos, mas todo sistema de relações que incluem pessoas que tenham algum parentesco, ou, que pertencem a um lugar (LAUZ; BORGES, 2013).

Segundo Gabatz et al. (2017), a interação que a criança estabelece com quem a cuida, seja pais, familiares ou cuidadores sem vínculo familiar, irá influenciar no seu desenvolvimento, pois ela procura se identificar com a figura de apego e isso fará com que pense, porte-se e tenha uma visão de mundo semelhante com o mesmo. A criança nasce sem conhecer o que vai enfrentar na vida e quem lhe passa os conhecimentos são os adultos que vivem em seu entorno, portanto, ela busca tê-los como referência. Além disso, aprende a se socializar e estabelecer vínculos com quem está ao seu redor através de quem a cuida.

O ECA (BRASIL, 1990) considera a convivência familiar um ambiente que garante o desenvolvimento integral da criança ou do adolescente, pois é através dela que a os mesmos podem se desenvolver e receber valores éticos, morais e o apoio emocional que formarão a sua personalidade. Mas não somente a família tem influência nesse desenvolvimento, a comunidade também exerce papel importante, como descreve Rossato, Lépure e Cunha (2012, p. 163) “A comunidade, por sua vez, propiciará à pessoa em desenvolvimento envolver-se com valores sociais e políticos que irão reger a sua vida cidadã, que se inicia, formalmente, aos 16 anos, quando já poderá exercer o direito de sufrágio por meio do voto direto”.

Visto a importância do vínculo familiar na vida da criança e do adolescente, é importante que os mesmos não sejam completamente afastados de suas famílias, pois isso implica no desenvolvimento emocional e psíquico. Porém, se os familiares usam constantemente de extrema negligência, agressão física, verbal ou psicológica eles podem ser destituídos do poder familiar.

1.2 DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR

Aos pais é concedido o direito sobre os filhos, porém, esse direito lhes exige o cumprimento de suas obrigações. Apesar de ser um direito privado, ele acaba sendo também social, pois o Estado pode intervir retirando o poder dos mesmos em caso de transgressões. Se os pais são negligentes com seus filhos, usam da agressão física, verbal ou psicológica e não atendem as suas necessidades, o Estado pode interferir tomando medidas protetivas.

Conforme descreve Veronese (2005, p. 19):

O Poder Familiar nasce como instituto de direito privado e evolui, adquirindo, com o passar dos tempos, características de um direito com conotação social pois, embora regule relações de ordem privada, tem o Estado como interventor e protetor dessas relações.

Segundo Dias (2016), quando os pais perdem a autoridade parental por parte do ato judicial, essa perda é definitiva. Porém, os pais podem recuperar o poder familiar, desde que comprovem que não praticam mais os atos que resultaram na destituição de seu poder. A extinção desse poder, de acordo com o autor supracitado, não é o que atende melhor as necessidades do infante, ele precisa do convívio familiar para o seu próprio desenvolvimento. Afastar a criança ou o adolescente da família por tempo definitivo pode trazer consequências emocionais e psicológicas.

Como é o Estado que impõe aos pais os deveres de educação dos filhos menores de idade, o mesmo tem a função de fiscalizar o exercício legal. A proteção à criança e ao adolescente não cabe apenas à família, mas também a sociedade e ao Estado, e, todos devem estar atentos ao que acontece com o menor, se ele está sendo privado de seus direitos, o Estado precisa tomar conhecimento e intervir. Conforme Veronese (2005, p. 30):

[...] é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ao constatar que a criança ou o adolescente se encontra em situação de risco, a família é orientada e acompanhada com o intuito de solucionar os déficits, para que o grupo familiar continue íntegro e os vínculos afetivos não sejam rompidos. Porém, se a criança ou adolescente permanecer em situações que lhes prejudique, serão tomadas medidas rigorosas, tendo como consequência a retirada da criança ou o adolescente do lar e realizado o encaminhamento ao acolhimento institucional. O objetivo é buscar o melhor para a criança ou

adolescente, protegendo-o e contribuindo para o seu desenvolvimento (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2012).

Antes de afastar a criança ou o adolescente de casa, a Proteção Básica disponibiliza serviços de assistência social, entre eles, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); o serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF); o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD); a Educação; a Estratégia Saúde da Família (ESF); que têm por objetivo propiciar uma atenção protetiva e preventiva. Esses serviços trabalham no intuito de contribuir na socialização, na convivência e na acolhida das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Busca-se primeiramente, usar todos os meios para que a família não provoque mais prejuízos a criança ou ao adolescente e para que os vínculos não sejam fragilizados. Porém, se a situação não mudar, a última medida a ser utilizada é a de retirada da criança ou o adolescente do lar (VALENTE, 2013).

Quando se fala em crianças ou adolescentes abrigados, logo se pensa nas famílias pobres, que por algum motivo não tiveram condições de criar seus filhos. Em situações que os mesmos passam necessidades devido seus pais não terem renda suficiente, usa-se de todos os caminhos para que essa família receba orientações e auxílio. O fato de serem pobres e não terem condições, não justifica a retirada da criança ou o adolescente de sua família. O Estatuto da Criança e do Adolescente determina em seu art. 23 “A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar”.

A partir do momento da confirmação que a família continua violando os direitos da criança ou do adolescente, o Judiciário determina que, o menor seja retirado do lar pelo oficial de justiça, mas para isso ele precisa ter um lugar para ficar, nesse caso, é encaminhado para as instituições de acolhimento provisório, como por exemplo, os abrigos.

1.3 INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Os adolescentes precisam de uma família que os acolha e é seu direito conviver com ela e em sociedade. Caso sejam afastados de suas famílias, precisam ser acolhidos por outro meio, como por exemplo, as instituições. Esse acolhimento é realizado através da intervenção do Estado que tem por objetivo proteger e conceder os direitos à criança e ao adolescente.

Conforme Malfitano e Silva (2014, p. 95):

O abrigo, ou acolhimento institucional, é uma medida de proteção estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que se destina a crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, sendo definido com caráter provisório e excepcional, não implicando em privação de liberdade. Deve ser a última medida de proteção a ser aplicada, sem mencionar as ações por adoção, pois rompe com os princípios anteriores do direito à família e à convivência com ela.

Sendo provisório, o tempo que uma criança ou adolescente ficará em um abrigo deverá ser no máximo dois anos. Após este período, ele volta para o convívio com sua família. Porém, se a mesma não possuir condições de cuidar e acolher esse filho, ele é encaminhado para uma família substituta. Mas, as pessoas que estão na fila para adotar, geralmente tem preferência por crianças de no máximo dois anos de idade, devido a adaptação. Quanto maior a idade, mais difícil ser adotado, e com isso, o adolescente pode sofrer emocionalmente e psicologicamente (ACIOLI et al., 2018).

Conforme Acioli et al. (2018, p. 530), existem diferentes serviços de acolhimento institucional:

[...] abrigos institucionais (serviços que acolhem até 20 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos e apresenta cuidadores/educadores trabalhando em turnos fixos diários) e casas-lares (acolhem no máximo 10 crianças e adolescentes e apresentam cuidadores/educadores que moram na casa). Serviços de acolhimento familiar são aqueles ofertados em residências de famílias acolhedoras, menos difundidos no Brasil.

Ainda segundo Acioli et al. (2018), é exigido aos acolhimentos institucionais não apenas um ambiente com uma boa estrutura física e com grupos reduzidos, mas que tenha característica residencial, onde o acolhido possa se desenvolver de forma saudável, recebendo afeto e proteção. É importante que os abrigos elaborem atividades educativas para o desenvolvimento da cognição e proporcione a participação da criança e do adolescente na sua comunidade, fortalecendo o vínculo social. Além disso, o acolhimento deve preservar pelo vínculo familiar, e, não afastar quando há irmãos na instituição, procurar deixá-los juntos até mesmo na adoção e somente encaminhar para uma família substituta quando findarem os recursos de retorno a família de origem. Mesmo que ele não tenha as melhores condições na sua família, é importante que ele cresça em um ambiente que lhe ofereça atenção e afeto.

No período em que o adolescente permanece em situação de acolhimento institucional, é essencial que o atendimento seja personalizado e adequado para cada um, pois eles têm sua história de vida e subjetividade e é preciso que isso seja norteador no trabalho e encaminhamentos a serem realizados. É importante ressaltar a construção de vínculos entre os profissionais do abrigo com os adolescentes, para que se tenha diálogo e se crie um ambiente adequado para o desenvolvimento do mesmo (LEMOS, 2014).

Ainda segundo a autora supracitada, há casos de evasão nos abrigos provisórios, um dos motivos, é o fato de o adolescente receber regras por parte da instituição, o que lhe coloca em uma posição passiva de receptor e não ativa de sujeito, ele não quer aceitar essa situação. A autora ressalta, que se o trabalho de reinserção fosse desenvolvido junto com o adolescente, discutindo juntamente com ele sobre cada regra e o fazendo participar da construção da mesma, o adolescente se apropriaria melhor.

De acordo com Fonseca (2017), a vivência precoce, e as vezes prolongada, nas instituições de acolhimento, podem resultar em diversos problemas, como por exemplo, intensificar o baixo rendimento escolar e dificuldades na aprendizagem e nas suas relações interpessoais e, conseqüentemente, influenciar a forma como ele vê o seu futuro, ou seja, o tempo que ele fica no abrigo, afeta tanto o seu desenvolvimento escolar, como o adolescente enquanto sujeito, na sua forma de pensar, estabelecer vínculos e os seus planos futuros.

A separação da criança ou adolescente da família, pode trazer muitos efeitos para o seu desenvolvimento, seja de forma imediata, como a longo prazo. Segundo Guirado (1986), há quadros de depressão que se associam a separação da mãe até os dois anos de idade, como a carência linguística devido à falta de estimulação verbal, a sensorial e motora devido à falta de estimulação do movimento e a carência afetiva, devido a falta de estímulos de carinho e amor por parte de quem a cuida. É possível observar que o contato ou vínculo estabelecido entre mãe e filho é importante não apenas para o desenvolvimento físico, emocional e social, mas também para evitar futuras doenças e dificuldades no estabelecimento de vínculos.

Para que as crianças e adolescentes não percam o vínculo familiar, não depende apenas dos pais e dos menores, mas também da equipe técnica do abrigo aonde se encontram. Além disso, é necessário a realização de trabalhos de conscientização e investimento nas relações afetivas dos filhos com suas famílias. Comumente, nas instituições de acolhimento institucional, de acordo com Groarke e Zimmerle (2013), há reuniões e trabalhos com o intuito de reconstruir os vínculos e preparar os pais para o retorno de seus filhos, a fim de que não se repita as situações que levaram ao acolhimento.

O trabalho do psicólogo na Vara de Família é direcionado ao Judiciário, porém, quando o processo chega ao setor de Psicologia, é porque há questões emocionais que precisam ser trabalhadas primeiro e depois ser solucionado juridicamente, ou seja, o trabalho precisa ser interdisciplinar. O psicólogo está em uma área diferente da sua, porém com assuntos relacionadas a sua profissão, podendo contribuir aonde o Direito não atua. Juntos, esses dois campos se complementam (PSICOLOGIA, 2010)

Um dos papéis do psicólogo pode ser preparar o adolescente para o futuro, para uma possível adoção ou para uma vida sem vínculo familiar legitimado. Segundo Silva et al. (2015), é importante que o psicólogo e os outros técnicos façam um trabalho interdisciplinar, compartilhando seus saberes e técnicas, visando sempre o bem-estar para a criança e o adolescente. A troca de conhecimentos permite uma ampliação na visão de como trabalhar com essas crianças e adolescentes, pois cada situação e história trazida por eles, pode ter maneiras diferentes de resolver, nem tudo funciona do mesmo jeito para todos os acolhidos.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, pois conforme Gonsalves (2001, p. 67):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações [...].

No que se refere aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória que, de acordo com Gil (2002, p. 41) “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Dessa forma, questões emocionais e as perspectivas de vida dos adolescentes abrigados, poderão ser esclarecidas, tomando conhecimento da vivência desses adolescentes no abrigo.

2.1 PARTICIPANTES

A pesquisa foi aplicada com adolescentes na faixa etária de 12 a 18 anos, que vivem em centros de abrigamento provisório na cidade de Criciúma, Santa Catarina. A amostra da pesquisa foi de oito adolescentes, doravante identificados como entrevistado (a) de 1 a 8. A amostra da pesquisa se apresentou por amostragem por tipicidade ou intencional, conforme Gil (2008), é um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. A escolha dos participantes se deu através do critério estabelecido, ou seja, ser adolescente com idade entre 12 a 18 anos e estar em situação de acolhimento institucional.

2.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Por se tratar de uma pesquisa com seres humanos, a mesma foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, sendo submetida à análise e sendo aprovada sob nº 2.893.504. Após a aprovação do CEP, entrou-se em contato com as responsáveis do abrigo, informando a importância de uma sala reservada para a entrevista, levando em consideração o sigilo das informações, e explicando sobre o tema do trabalho, agendando assim as datas para as entrevistas.

As entrevistas ocorreram no período de 28 de setembro ao dia 05 de outubro de 2018 e foram realizadas nos abrigos onde os adolescentes se encontravam. No início da entrevista explicou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e coletada a assinatura do profissional que estava naquele momento no abrigo, bem como o Termo de Assentimento e coletada a assinatura do adolescente participante.

Para a coleta de dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada, elaborada pela pesquisadora, sendo as respostas transcritas, pois não foi autorizado o uso de gravador de voz.

3 A PERSPECTIVA DE VIDA DE ADOLESCENTES DE 12 A 18 ANOS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a análise de dados desta pesquisa, utilizou-se a análise de conteúdo, que segundo Laville e Dionne (1999), busca as intenções e o sentido das palavras, com o objetivo de reconhecer o essencial e descartar os acessórios, assim como comparar e avaliar os seus significados, por esse intermédio, buscou-se absorver os significados do conteúdo que os adolescentes entrevistados trouxeram sobre a perspectiva de vida em situação de acolhimento institucional.

As entrevistas foram realizadas com oito adolescentes que se encontravam em situação de acolhimento institucional. Para se alcançar um maior número de entrevistados, a pesquisa foi realizada em duas instituições de acolhimento, em Criciúma - Santa Catarina. A faixa etária dos adolescentes variou de 12 a 17 anos, sendo cinco do sexo feminino e três do sexo masculino. O tempo de abrigamento destes pesquisados, varia de duas semanas a um ano, e, o grau de escolaridade do 6º ano do ensino fundamental ao 1º ano do ensino médio.

A partir da pesquisa de campo, a fim de apresentar os resultados e promover uma discussão acerca da temática, elaborou-se algumas categorias de análise intituladas: chegada

no abrigo; dificuldades na adaptação; significado de família; expectativa em relação a uma nova família; planos para o futuro.

Em relação a **chegada no abrigo**, foi perguntado aos adolescentes como foi o acolhimento e que sentimentos eles tiveram diante da situação. Quatro dos adolescentes entrevistados responderam que ficaram assustados, mas depois foram se adaptando, como relata o entrevistado 1 “quando eu cheguei aqui, eu fiquei assustado porque não conhecia ninguém, mas logo me adaptei. Eu gosto do pessoal do abrigo, eles são legais. Já passei por três equipes aqui do abrigo e todas eu gostei”.

De acordo com o relato do entrevistado acima, a situação lhe deixou assustado pelo fato de não conhecer ninguém, pode-se perceber que o novo, o desconhecido, pode assustar o adolescente que já se encontra em uma fase de transição marcada por desejos, dúvidas e descobertas, onde ele terá que tomar decisões diante dessa nova etapa. É um momento onde ele precisa de atenção e orientação (CAMPOS; SCHALL; NOGUEIRA, 2013).

Percebe-se que o entrevistado afirma gostar da equipe que trabalha no abrigo e daqueles que já trabalharam ali. Conforme Lemos et al. (2014), é fundamental um bom atendimento por parte do abrigo, levando-se em consideração a história de vida e subjetividade de cada um. É também fundamental, de acordo com o autor acima citado, o estabelecimento de vínculos entre profissionais e o adolescente, para que este se desenvolva adequadamente, contribuindo para que o adolescente consiga estabelecer vínculos também com os demais abrigados e consiga se adaptar da melhor forma.

Compreende-se que o adolescente pesquisado e a equipe técnica têm uma relação boa, pois ele foi adotado por uma das mulheres que trabalhou no abrigo, porém, acabou voltando, devido a não estabelecer uma boa relação com de quem o adotou. Na entrevista ele fala que gostou de ter morado com uma família, isso mostra que o vínculo que ele consegue estabelecer com as pessoas é muito grande, pois tanto tem uma boa relação com os profissionais da casa, como com a família que o adotou. Fica evidente, que os profissionais do abrigo conseguem proporcionar esse ambiente acolhedor fazendo com que o adolescente se sinta confortável.

A entrevistada 5 verbaliza que achou tudo estranho quando chegou no abrigo, pelo fato de ser levada por policiais e por perder a liberdade. Estar em uma situação em que policiais estão acompanhando pode provocar vários sentimentos na pessoa, dependendo de como ela irá enfrentar o que está acontecendo. Apesar do abrigo oferecer um ambiente com recursos, também possui regras a serem cumpridas, como horário para comer, tomar banho,

fazer as tarefas entre outras questões. Devemos levar em consideração que cada adolescente teve uma formação, uma educação e que é importante entender a forma como este vivia, pois pode ser difícil para ele passar a receber ordens, como relata a entrevistada 5:

Fui trazida pela polícia e pela vara da infância. Achei tudo estranho, não sabia o que ia acontecer, o que ia prejudicar se eu falasse alguma coisa. Para mim foi estranho perder a liberdade de ir e vir a hora que eu quisesse, fazer o que eu quero. Antes eu fumava e bebia, agora eu não posso mais, aqui eu não posso. Eu ia aonde eu quisesse e aqui eu não posso.

De acordo com Malfitano e Silva (2014), o abrigo ou acolhimento institucional é uma medida de proteção a crianças e adolescentes, o mesmo possui caráter provisório, não implicando em privação de liberdade. Os adolescentes são livres, porém precisam seguir as normas estabelecidas pelo abrigo. Conforme o relato da entrevistada 5, ela não pode mais sair a hora que quiser e nem fazer tudo que deseja, como estava habituada. A equipe técnica, pelo que foi verificado in loco, busca oferecer o melhor para o adolescente acolhido, mas nem sempre isso é compreendido pelos adolescentes, haja vista, estarem vivenciando uma realidade totalmente nova.

Ainda em outra fala do adolescente 1 a respeito de como era seu dia a dia no abrigo, ele aponta os lazeres disponíveis, mas sabe que se não cumprir as regras da casa, não pode participar dos mesmos:

[...] final de semana a gente vai pra praia, joga bola. A gente faz passeios, vamos no parque das nações. As vezes a AFASC dá dinheiro pra nós comprar x-salada. Mas se a gente não se comportar, não cumprir os horários, ser mal-educado durante a semana, a gente não pode sair, tem medida [...].

Para o entrevistado 8, na sua primeira passagem no abrigo, ele queria fugir, pois queria voltar com a sua família, conforme ele aponta “Bah, quando eu tinha oito anos eu queria fugir, mas agora foi de boa porque eu já conhecia os guris, mas eu queria estar com a minha vó lá no Rincão, na praia, lá é massa. Queria tá trabalhando”.

De acordo com o que foi verificado no abrigo, a evasão do adolescente abrigado provisoriamente pode se dar por vários motivos e ser diferente para cada um. Uma das razões pelas quais um adolescente pode querer se evadir é devido a necessidade do cumprimento de regras. Conforme Lemos et al. (2014), estabelecer regras para um adolescente que anteriormente não possuía, pode ser desafiador para a equipe técnica do abrigo, podendo levar a evasão, pois o mesmo se encontra em uma posição passiva e não de sujeito ativo.

É importante destacar que ele era uma criança quando quis evadir e hoje, com 16 anos, diz que foi mais tranquilo voltar para o abrigo. Levando em consideração a idade que o entrevistado apresenta e a realidade que ele vivia, geralmente os adolescentes querem aproveitar para se divertir, e nesse caso, ele poderia sentir novamente vontade de evadir, para

fazer o que quer, todavia o mesmo aponta que estar no abrigo, contribui para o seu desenvolvimento, como aponta “no momento eu me sinto bem, melhor que ficar na rua fazendo coisa errada [...]” e “[...] quando eu não estava aqui, eu não ia para aula, agora eu vou. É bom, tenho dificuldade para escrever, para aprender”.

Visto que a chegada no abrigo pode trazer sentimentos diferentes para cada adolescente, para alguns pode ser tranquilo, porém para outros a situação pode assustar, questionou-se a respeito das **dificuldades na adaptação**. Cinco dos oito entrevistados ressaltaram que não houve dificuldade e conseguiram interagir com o grupo, não havendo dificuldade nem mesmo com as regras, como cita a entrevistada 7 “Sei que tem regras, isso não foi difícil”. Por outro lado, três dos entrevistados afirmaram ter tido dificuldade. A entrevistada 3, teve dificuldades com relação a rotina, a mesma aponta “foi difícil porque eu não gostei da rotina. Tem horário para tudo, para tomar banho, para comer”. O que é visto como dificuldade para um adolescente, pode ter efeito diferente para outro.

Para a entrevistada 4, a dificuldade encontrada foi ter que ficar longe dos pais, como relata “não gostei de ter vindo para o abrigo, de ter ficado longe dos meus pais, mas consegui fazer amizades”. É importante destacar a fala desta entrevistada, pois diferente dos demais, ela ressalta a família e compreende-se através de sua resposta, ela gostava de estar com os pais e se afastar não foi fácil. Segundo Guirado (1986), a separação da criança ou adolescente da família, pode trazer muitos efeitos para o seu desenvolvimento, podendo ser de forma imediata ou a longo prazo, podendo apresentar até mesmo quadros de depressão devido à falta de estímulos por parte de quem a cuida.

É importante enfatizar que a entrevistada 4 está no abrigo com suas duas irmãs, mas mesmo que elas tenham chegado no mesmo dia e permanecido juntas, ou seja, possui vínculo familiar no mesmo ambiente, ela sente da mesma forma a falta dos pais e ficou assustada ao chegar no abrigo. De acordo com Acioli et al. (2018), o acolhimento deve preservar o vínculo familiar e não afastar quando há irmãos na instituição, procurar deixá-los juntos até mesmo em casos de adoção.

Por mais que o abrigo procure oferecer um ambiente acolhedor, onde todos possam se sentir bem e como se estivessem em suas casas, nem sempre este ambiente será o melhor para todos, visto que cada um é individual, com seus gostos, modo de pensar e agir, com opiniões e cada um com sua história e subjetividade, podemos observar na fala da entrevistada 5 “eu tenho péssima convivência com as crianças. Elas me irritam. Ficamos juntas com as crianças. Comemos juntas, assistimos tv juntas. Eu tenho um comportamento explosivo”.

Estar com pessoas diferentes em termos de idade, gostos e histórias de vida, pode causar atrito no meio, pois cada um pode querer que as atividades funcionem ao seu modo e que sua opinião prevaleça. Quando questionados sobre o que mais gostavam de fazer, a entrevistada 4 e 6 destacam que o que elas mais gostam é assistir televisão, sendo que esse é o lazer que elas têm disponível a noite, onde todas se encontram no abrigo, acredita-se que há programas na televisão em que as crianças gostam de assistir, mas as adolescentes preferem outros, o que pode provocar desentendimentos. Nesse caso, é essencial que a equipe técnica esteja preparada para resolver a situação da melhor forma.

Em continuidade da pesquisa de campo, questionou-se acerca do **significado de família e a expectativa em relação a uma nova família**. Ao serem questionados sobre esses assuntos, os adolescentes primeiramente paravam, olhavam para os lados e depois respondiam, demonstrando-nos parece, certo constrangimento para com os temas. A entrevistada 5 considerou a pergunta como “pesada”, mas decidiu responder, apontando que família é “união, amor, cumplicidade, fidelidade”.

Outros cinco entrevistados responderam algo muito semelhante, como relata o entrevistado 1 “família é aquela que se interage, dá amor, carinho. É isso”. Mesmo questionando se tinham mais algum ponto a considerar no significado de família, eles responderam que não. Observa-se, como previsto, que esse assunto é considerado como muito delicado para os pesquisados, pois, se eles se encontram em situação de acolhimento institucional, é porque algum fato aconteceu em sua família que acabou resultando na retirada do adolescente do lar. Conforme Dias (2016), não importa a posição ou o lugar que o membro familiar ocupe ou pertença, o que importa é compartilhar sentimentos, valores e buscar a sua felicidade. O que pôde-se perceber pelos relatos, é que as respostas se referem a sentimentos, de amor e carinho, reforçando a importância do afeto transmitido entre pais e filhos para o desenvolvimento e fortalecimento da família e de seus membros.

Contudo, o significado de família não foi igual para todos. O entrevistado 2 respondeu apenas “não sei” e não quis falar sobre esse assunto. Quando questionado sobre a sua expectativa em relação a uma família, relatou “não quero voltar para minha família, mas no futuro eu quero formar uma família”. Para Lauz e Borges (2013), o primeiro contato social que uma criança estabelece, é com a família. Os conhecimentos, valores religiosos, culturais, éticos e morais são transmitidos pela mesma, possibilitando que o ser humano se desenvolva socialmente. Porém, nem sempre isso acontece ou é reconhecido pelos filhos, como se confirma na fala deste entrevistado que não consegue definir um significado para família.

Houve uma resistência por parte do entrevistado 2 ao responder essas questões. Pode se perceber, que por alguma razão, ele não deseja voltar a sua família, mas pretende formar a dele, ou seja, ele não generaliza para as outras famílias aquilo que aconteceu com a sua. Em contradição ao que o autor acima traz, os filhos podem nascer e crescer em lares em que não recebam atenção e nem os valores morais ou éticos e isso pode influenciar no seu desenvolvimento psíquico e emocional, mas o oposto também pode acontecer. O entrevistado afirma não querer voltar para sua família, mas demonstra não ter desistido da instituição familiar, ensejando criar a sua própria família.

Ao nos referirmos ao tema família, não podemos considerar somente a família nuclear, formada por pai, mãe e filhos, mas todo o sistema de relações que incluem pessoas que tenham ou não algum parentesco e vivam juntas, independente da configuração familiar. Isso se evidencia na fala do entrevistado 8, quando se refere que considera mais sua avó, que o criou, do que sua mãe. O mesmo aponta “bah, considero mais a minha avó, a minha irmã e a minha tia. Minha vó me criou. Minha família eu não considero”. Não quer dizer que o adolescente só irá se desenvolver se sua família for formada por pai, mãe e filhos, mas sim, por aquele a qual atribua um significado (LAUZ; BORGES, 2013).

Gabatz et al. (2017), arremata que a interação que a criança estabelece com quem a cuida, sejam pais, familiares ou cuidadores com ou sem vínculo familiar poderá influenciar no seu desenvolvimento, pois ela procura se identificar com a figura de apego e isso fará com que pense e tenha uma visão de mundo semelhante ao mesmo.

Sobre a expectativa em relação a uma nova família, os entrevistados 4, 5, 6 e 7 versam novamente que esperam de uma família, carinho e amor, como aponta a entrevistada 6 “dar bastante amor, carinho e respeito” e entrevistada 5 “ter uma boa convivência, carinho”. Diferente dos relatos citados acima, o entrevistado 8 aponta sobre uma segunda chance “eu errei, eles têm que dar uma segunda chance para o cara. Ajudar mais e não ficar julgando. Aprontei um monte, mas agora estou mais de boa”. Ou seja, ele reconhece que fez coisas erradas em relação a sua família e que espera uma segunda chance por parte dos mesmos, e não o julgamento, evidenciando que busca ser uma pessoa melhor.

De acordo com Acioli et al. (2018) existem diferentes serviços de acolhimento institucional, um deles são os abrigos institucionais que acolhem até 20 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos e apresenta cuidadores/educadores trabalhando em turnos fixos diários. Visto que a idade máxima para permanecer no abrigo é até os 18 anos, questionou-se quais **os planos para o futuro** dos adolescentes abrigados provisoriamente. Em conversa com a psicóloga de um dos abrigos, a mesma aponta que não significa que o adolescente ao

completar 18 anos terá que sair imediatamente do abrigo, primeiramente, busca-se pelos familiares ou algum lugar em que ele possa ficar.

A profissional também ressalta, que durante o tempo em que os adolescentes ficam abrigados, realizam cursos profissionalizantes para preparar para o mercado de trabalho e a instituição de acolhimento tem parceria com as empresas, onde futuramente os encaminha para o trabalho. O discurso da profissional vai ao encontro do que abordou o entrevistado 2 “[...] agora eu faço um curso que ensina como se comportar em uma entrevista de emprego. Eu gosto do curso. Eu pretendo trabalhar no mercado”. A entrevistada 6 também aponta “faço curso no CIEE que é para preparar para trabalhar”.

Quando questionados a respeito dos seus planos para o futuro, os entrevistados trazem que pretendem estudar, trabalhar e quatro dos oito entrevistados pretendem formar uma família, conforme a fala do entrevistado 1 “Quero terminar os estudos e me formar em Direito. Já quero começar a ler, porque tem que ler muito no Direito. Pretendo formar uma família. Eu também quero morar fora do país, trabalhar aqui, mas fora do país também”. A entrevistada 7 também relata que quer formar uma família e estudar “Espero ter um bom futuro, ser feliz e não triste. Quero ser professora de matemática. Pretendo ter uma família e ser mãe. Quero ser cantora também”.

É relevante chamar a atenção para um ponto importante, não somente a família influencia nas escolhas do indivíduo, mas o meio também tem grande influência. Consideramos que o adolescente abrigado provisoriamente, vai para a escola, cursos, CRAS e nesses lugares ele tem contato com pessoas da sua idade, que também tem seus planos futuros, desejos e ideias sobre o mundo, e, que podem contribuir também na formação desse adolescente. Não podemos nos limitar em apenas um grupo onde ele viveu, mas em todo o contexto social que ele vive. Ele pode continuar pensando igual a sua família ou diferente dos seus ideais.

É possível observar que independentemente da situação do adolescente com sua família, eles planejam constituir uma. O entrevistado 8 relata o que pretende fazer depois que sair do abrigo “depois que eu sair daqui eu pretendo trabalhar, estudar, continuar estudando, alugar uma kitnet. No momento eu me sinto bem, melhor que ficar na rua fazendo coisa errada, mas eu queria estar com a minha família”. Ele destaca dois pontos importantes, um dos pontos é em relação a como se sente vivendo no abrigo, ele traz que se sente bem e considera isso melhor do que estar fazendo coisas erradas; outro ponto é que ele enfatiza que mesmo assim, preferia estar morando com a sua família.

Mediante este exposto, fica novamente evidenciada a importância do vínculo familiar para os adolescentes pesquisados. De acordo com Acioli et al. (2018) é exigido aos acolhimentos institucionais não apenas um ambiente com uma boa estrutura física e com grupos reduzidos, mas que tenha característica residencial, onde o acolhido receba afeto e proteção e possa se desenvolver de forma saudável. Por mais que o abrigo conte com uma boa equipe técnica, ofereça o melhor, disponibilizando comida, estudo, cursos profissionalizantes, atividades, lazer, buscando deixar o abrigo com as características de uma casa, de um lar e tenham o intuito de não institucionalizar quem nela esteja abrigado, mesmo assim é evidente que a família tem papel fundamental na vida do indivíduo e que alguns preferem estar com as suas famílias.

Segundo Fonseca (2017), o período precoce e prolongado que um adolescente permanece em uma instituição de acolhimento pode afetar o seu desenvolvimento, trazendo dificuldades na aprendizagem e nas relações interpessoais e consequentemente implicando na motivação do mesmo planejar o seu futuro. Porém, não é o que se percebe nas falas dos entrevistados, apenas uma entrevistada coloca que ainda não pensou sobre seu futuro, vale destacar que a mesma tem apenas 12 anos e possivelmente se preocupa com outros assuntos no momento, mas os outros entrevistados mostraram ter planos futuros e destacam o desejo de formar a sua família.

Quando se pensa em um adolescente abrigado provisoriamente, logo se pode imaginar que ele seja triste, sem vínculos, sem planos e perspectiva de vida, mas vimos que embora ele tenha uma história de vida com sofrimentos e esteja em uma situação que pode lhe fazer se sentir inseguro pelo fato de ser provisório, eles conseguem planejar o que farão quando saírem do abrigo e apontam no que pretendem trabalhar ou se formar. Também versam que gostam das atividades disponíveis no abrigo e fora dele, como aponta a entrevistada 7 “gosto de ler. Aqui tem biblioteca. Gosto de ler o livro do pequeno príncipe” e o entrevistado 1 “o que eu mais gosto é ping-pong. Tem aqui atrás. Aqui atrás tem lugar para jogar bola, jogar ping-pong é bem legal”. Evidencia-se por meio dessas falas, que o ambiente onde eles vivem de alguma forma lhe trazem ensinamentos e, diversão, dando continuidade no crescimento dos adolescentes e fazendo com que eles tenham uma vida semelhante com as daqueles que não vivem nas mesmas condições de acolhimento institucional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acolhimento institucional é uma medida de proteção destinada a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados ou ameaçados e por esse motivo, são acolhidas em período integral. Como essa medida tem caráter provisório, o objetivo é restabelecer os vínculos familiares e comunitários e oferecer durante o período de abrigo proteção integral, assegurando os direitos da criança e do adolescente. Questões emocionais e psíquicas vivenciadas no abrigo, podem influenciar na vida futura dos adolescentes, como também no seu desenvolvimento atual.

Através da pesquisa, evidencia-se que os adolescentes entrevistados, em sua maioria, ficaram assustados ao chegarem no abrigo, pois não sabiam o que aconteceria e por ser um ambiente novo. Eles tiveram certa resistência ao falar sobre o significado e a expectativa em relação a uma família, visto ser um assunto delicado para os mesmos. Com exceção de uma adolescente, todos os outros entrevistados têm planos para o seu futuro, planejam se formar e constituir uma família. Os adolescentes entrevistados, falam sobre a sua vida no abrigo e fora dele, e versam como se sentem vivendo neste ambiente.

Em geral, os adolescentes trazem que se sentem bem, vivendo no abrigo e realizando todas as atividades fornecidas pelo mesmo, mas ressaltam que de alguma forma, a família tem grande influência em suas vidas e esse afastamento do vínculo familiar é singular para cada um. Alguns apontam a falta de estar em família e outros não querem voltar para a sua. É importante enfatizar, que o ambiente do abrigo precisa ser acolhedor, onde se sintam confortáveis, recebam afeto e que cada vez mais a equipe técnica e os responsáveis continuem trabalhando no intuito de não institucionalizar o adolescente, e sim, prepara-lo para o retorno de sua família ou para o encaminhamento de uma nova família, visto ser um abrigo provisório.

Nem todos os objetivos da pesquisa puderam ser obtidos, pois por questões jurídicas, não se pôde questionar a relação atual da família com o adolescente abrigado provisoriamente, nem aprofundar questões voltadas para as suas famílias. Outra dificuldade encontrada durante a pesquisa, foi que por mais que se tentasse explorar a resposta, os entrevistados se limitavam em responder de forma sucinta; com isso, houve dificuldade para ampliar o conteúdo da análise. Entretanto, os demais objetivos foram alcançados através das categorias de análise criadas.

De acordo com os adolescentes pesquisados, a chegada no abrigo foi tranquila para alguns, porém para outros foi assustador. Fica evidente que a questão do estabelecimento

de vínculos também foi um fator influenciador, pois ir para um novo lar, onde não se sabe o que vai acontecer e não conhecer ninguém, pode causar um sentimento de insegurança e receio. Mas se percebe que após serem acolhidos e começarem a fazer amizades, esse sentimento foi se transformando.

Em relação as dificuldades encontradas no abrigo, alguns apontam o afastamento da família e a convivência com crianças como dificuldades. Nesse caso, é fundamental que a equipe do abrigo procure atividades que possam atender a todas as idades, bem como, procurar criar um ambiente tranquilo.

Durante as entrevistas, percebeu-se o tema família como um assunto delicado para todos. Questionados sobre o significado de família e as suas expectativas, os entrevistados destacaram os sentimentos de que precisam ter em uma família, como carinho, afeto, amor, compreensão, o que evidenciou a importância do vínculo familiar para os adolescentes e o quanto esperam receber isso, visto não somente na família de origem, mas no ambiente onde vivem, nesse caso, o abrigo.

Quanto aos planos para o futuro, todos trouxeram o que pretendem realizar quando forem adultos. Os entrevistados apresentaram ter uma perspectiva de vida e alguns desejam voltar para a sua família ou formar a sua. É importante enfatizar, que independentemente da situação em que eles se encontraram e o motivo pelo qual foram afastados de sua família, os adolescentes pesquisados não se baseiam no problema, e sim, buscam ter uma vida futura boa, com desejos de continuarem estudando, se desenvolvendo e se formarem cidadãos. Pode-se perceber que eles se sentem bem no abrigo, ressaltam que conseguiram estabelecer relações entre eles e com a equipe técnica, mas que ainda o vínculo familiar é essencial, seja quem já possui uma família e voltará para ela ou aqueles que não tiveram a representação da mesma.

Sugerem-se novas pesquisas em relação a questão do acolhimento institucional, visto haver pouco conteúdo voltado para o adolescente enquanto sujeito e suas emoções, como também uma visão maior por parte do poder público, do direito e das políticas públicas voltadas para esta demanda, a fim de estruturarem melhores programas tanto para os adolescentes afastados, como para as famílias, pois ambos precisam de atenção. Também é fundamental que a equipe técnica dos abrigos provisórios receba assistência e preparo para melhor lidar com as emoções e os aspectos psíquicos das crianças e adolescentes nesta situação de acolhimento, visto que eles podem ter sentimentos que não lhes fazem bem. É preciso que eles se sintam acolhidos e compreendidos por parte de quem está se

responsabilizando por eles e que possam ser encaminhados da melhor forma para a sua família ou para outro lugar.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Raquel Moura Lins et al. Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. **Ciência & Saúde Coletiva**, Recife, v. 23, n. 2, p.529-542, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v23n2/1413-8123-csc-23-02-0529.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2018.
- BARBOSA, Eveline Tonelotto; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Sentidos do Respeito para Alunos: uma Análise na Perspectiva da Psicologia Histórico-Cultura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 2, n. 35, p.255-270, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n2/1982-3703-pcp-35-2-0255.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2018.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília (DF).
- CAMPOS, Helena Maria; SCHALL, Virgínia Torres; NOGUEIRA, Maria José. Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: interlocuções com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 97, p.336-346, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n97/v37n97a15.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2018.
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. 721 p.
- EPIFÂNIO, Thais Pacheco; GONÇALVES, Monica Villaça. Crianças como sujeitos de direitos: uma revisão de literatura sobre crianças em situação de acolhimento institucional. **Revista Brasileira de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 25, n. 2, p.373-386, fev. 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/asus/Downloads/1403-7572-2-PB%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/asus/Downloads/1403-7572-2-PB%20(6).pdf)>. Acesso em 21 abr. 2018.
- FONSECA, Patrícia Nunes da. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. **Revista Psicopedagogia**: Revista Psicopedagogia, João Pessoa, v. 34, n. 105, p.285-296, 10 set. 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n105/06.pdf>>. Acesso em 12 out. 2018.
- GABATZ, Ruth Irmgard Bärtschi et al. Teoria do apego, interacionismo simbólico e teoria fundamentada nos dados: articulando referenciais para a pesquisa. **Texto Contexto Enferm**, Pelotas, v. 4, n. 26, p.1-8, 22 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n4/0104-0707-tce-26-04-e1940017.pdf>>. Acesso em 13 mai. 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 197 p.

GOLDENSTEIN, Eduardo. **Adolescência: a idade da razão e da contestação**. São Paulo: Editora Gente, 1995. 88 p.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GROARKE, Ana Maria; ZIMMERLE, Bernadete. Reflexões sobre avanços e entraves à adequação do serviço de acolhimento: abrigo institucional no Recife e região metropolitana. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 28, n. 1, p.131-163, 2013. Disponível em: <<https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/57/39>>. Acesso em 15 mai. 2018.

GUIRADO, Marlene. **Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono**. São Paulo: Summus, 1986. 204 p.

LAUZ, Gianni Vanessa Mayer; BORGES, Jeane Lessinger. Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 4, p. 852-867, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n4/v33n4a07.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2018.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre. Editora UFMG, 1999.

LEMO, Adriana Guerra Abreu et al. Evasão nas unidades de acolhimento: discutindo seus significados. **Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 26, p.594-602, 1 abr. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n3/a08v26n3.pdf> >. Acesso em 12 out. 2018.

MALFITANO, Ana Paula Serrata; SILVA, Tatiana Viana da. Abrigo como medida de proteção para crianças e adolescentes: um levantamento bibliográfico PÓS-ECA. **Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 1, n. 25, p.94-100, 26 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/69818/87295>>. Acesso em 13 mai. 2018.

MARCELLI, Daniel; BRACONNIER, Alain. **Adolescência e Psicopatologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 440 p.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; CARELLOS, Soraia Dojas M.s. **Famílias em vulnerabilidade social: é possível auxiliar sem invadir?**. Curitiba: Crv, 2012. 115 p.

NOLTE, Dorothy Law; HARRIS, Rachel. **Os adolescentes aprendem o que vivenciam**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005. 172 p.

PSICOLOGIA, Conselho Federal de. **Referências técnicas para atuação do psicólogo em Varas de Família**. Brasília: Cfp, 2010. 56 p.

RIZZINI, Irene et al. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006. 142 p.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei 8.069/1990: artigo por artigo**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 626 p.

SILVA, Christie Dinon Lourenço da et al. A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-rei, v. 10, n. 1, p.12-114, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v10n1/05.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2018.

TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. O sujeito adolescente e a intervenção psicanalítica: notas a partir de um caso clínico. **Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 17, n. 3, p.797-804, set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v17n3s1/1415-4714-rlpf-17-03-s1-00797.pdf>>. Acesso em 13 mar. 2018.

VALENTE, Janete Aparecida Giorgetti. **Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento**. São Paulo: Paulus, 2013. 309 p.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Poder Familiar e Tutela: À Luz do Novo Código Civil do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Florianópolis: OAB/ SC, 2005. 288 p.